

Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo

Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo
(Organizadores)



Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo
(Organizadores)

Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E56	Enfoque interdisciplinar na educação do campo [recurso eletrônico] / Organizadores Jorge González Aguilera, Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-454-2 DOI 10.22533/at.ed.1842190605 1. Antropologia educacional. 2. Brasil – Condições rurais. 3. Educação rural – Brasil. 4. Pesquisa educacional. I. Aguilera, Jorge González. II. Zuffo, Alan Mario. CDD 370.193
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*Enfoque Interdisciplinar na Educação do Campo*” aborda uma publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 12 capítulos, conhecimentos tecnológicos e aplicados ao ensino no campo.

Este volume dedicado a pesquisas ligadas a Educação do Campo traz em seus capítulos uma variedade de artigos dirigidos a mostrar o direcionamento atual das políticas públicas e privadas encaminhadas a promover o ensino no campo. O campo que gera tantas riquezas e que dele depende o nosso acesso a alimentos, precisa ter um incentivo educacional não só direcionado ao aumento da produção e também direcionado aos homens e mulheres que fazem dele seu dia a dia. A adaptação das atividades pedagógicas nas universidades ligadas a cursos como Biologia e Agronomia direcionadas a pesquisas educacionais, interdisciplinaridade do conhecimento, uso de ferramentas computacionais, o papel do professor como alfabetizador no campo, entre outros temas, são abordados neste livro.

Agradecemos aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata alguns dos recentes avanços científicos e tecnológicos na Educação Ambiental no Campo, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes, professores e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias e aplicações do ensino no cotidiano da vida no campo, assim, contribuir na procura de novas políticas, pesquisas e tecnologias que possam solucionar os problemas que enfrentamos no dia a dia.

Jorge González Aguilera
Alan Mario Zuffo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
Ramofly Bicalho Aline Abbonizio	
DOI 10.22533/at.ed.18421906051	
CAPÍTULO 2	13
ABORDAGEM HISTÓRICA DA ALQUIMIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO QUÍMICO	
Abecy Antonio Rodrigues Neto Naiton Martins da Silva Junio Moraes Rodrigues Juliano da Silva Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18421906052	
CAPÍTULO 3	24
CONHECENDO E RECONHECENDO O CAMPO: RELATO DE UMA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Rayffi Gumercindo Pereira de Souza Fernanda de Lourdes Almeida Leal	
DOI 10.22533/at.ed.18421906053	
CAPÍTULO 4	34
DELINEANDO CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DO TRADICIONALISMO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Sara Cristina Bernardes Correia Jheyce Caroline Souza Barcelo Poliana Sousa da Cruz Juliano da Silva Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18421906054	
CAPÍTULO 5	44
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL	
Cíntia Morales Camillo Liziany Müller Medeiros Janete Webler Cancelier	
DOI 10.22533/at.ed.18421906055	
CAPÍTULO 6	59
EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO, ENSINO SUPERIOR E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E CONQUISTAS NESSE CENÁRIO	
Welber Eduardo Vaz Cláudia Regina Vasconcelos Bertoso Leite	
DOI 10.22533/at.ed.18421906056	
CAPÍTULO 7	74
INTERDISCIPLINARIDADE: ENTRELACANDO O CONHECIMENTO	
Maria Helena Romani Mosquen Jacinta Lúcia Rizzi Marcom	
DOI 10.22533/at.ed.18421906057	

CAPÍTULO 8	81
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS DO CAMPO DA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO RS	
Liziany Müller Medeiros	
Alexandra Buzanelo Schossler	
Juliane Paprosqui Marchi da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18421906058	
CAPÍTULO 9	93
MÚSICA E CURRÍCULO NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFT/ARRAIAS: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR MUSICAL	
Aparecida de Jesus Soares Pereira	
Waldir Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18421906059	
CAPÍTULO 10	108
PROFESSORES ALFABETIZADORES NO CAMPO: ORIENTAÇÕES A PARTIR DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Carla Fernanda Figueiredo Felix	
Maria Iolanda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.184219060510	
CAPÍTULO 11	122
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO MEDIADORAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA DO CAMPO INTENDENTE MANOEL RIBAS	
Larissa Schlottfeldt Hofstadler Deiques	
Liziany Muller Medeiros	
Luciane Maffini Schlottfeldt	
DOI 10.22533/at.ed.184219060511	
CAPÍTULO 12	134
TRANSFORMAÇÕES TÉCNICO-PRODUTIVAS NA PRAIA DA LONGA/RJ	
Suelen da Silva Chrisostimo	
Elianeide Nascimento Lima	
DOI 10.22533/at.ed.184219060512	
CAPÍTULO 13	144
INCLUSÃO DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA E AS CLASSES MULTISSERIADAS: HISTÓRIA, ESTRATÉGIAS E EMERGÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Lucas Carlos Martiniano de Almeida	
Marta Waleria Marques Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.184219060513	
SOBRE OS ORGANIZADORES	154

EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO, ENSINO SUPERIOR E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E CONQUISTAS NESSE CENÁRIO

Welber Eduardo Vaz

Universidade Estadual de Goiás

Uruaçu - Goiás

Cláudia Regina Vasconcelos Bertoso Leite

Universidade Estadual de Goiás

Uruaçu - Goiás

RESUMO: O presente estudo tem como foco a realidade dos sujeitos do campo ao concluírem a educação básica, sua inserção no ensino superior e a sua influência no meio em que vivem, com ênfase no mercado de trabalho ligado à sua formação e sem sair do campo. O estudo apresenta os dados coletados na pesquisa campo realizada por meio de um questionário semiestruturado aplicado aos moradores de uma comunidade rural que cursaram uma licenciatura e ainda continuam morando no campo. As respostas obtidas são base para discutir a relação do número de moradores que continuaram seus estudos após o Ensino Médio, que concluíram o Ensino Superior e ingressaram ou não no mercado de trabalho em consequência dos seus estudos e formação. Percebeu-se um pequeno número de moradores com formação superior na comunidade pesquisada. Ouviram-se suas respostas quanto às dificuldades e entraves para que adentrem e permanecer na universidade. As respostas apontaram que nos

últimos tempos a maioria dos moradores dessa zona rural concluíram o nível superior cursando licenciaturas. Mostrou-se ainda que há um número considerável de professores moradores do campo que contam com formação específica para atuarem nas escolas rurais, porém, que poucos conseguiram espaço para atuarem. Evidencia-se na finalização do trabalho que o campo é um espaço de vida no qual existem cidadãos com direitos, mas que esses tiveram menos oportunidades de acesso aos estudos e da mesma forma, ao trabalho, incluindo o trabalho na sua própria comunidade rural em que vive.

PALAVRAS-CHAVE: Campo. Ensino Superior. Formação. Trabalho. Desafios.

ABSTRACT: The present study focuses on the reality of the subjects of the field when completing basic education, their insertion in higher education and their influence in the environment, with emphasis on the labor market linked to their training and without leaving the field. The study presents the data collected in the field research conducted through a semi-structured questionnaire applied to the rural residents who attended a degree course and still continue to live in a rural community. The answers obtained are the basis for discussing the relation between the number of residents who continued their studies after high school,

who completed Higher Education and whether or not they entered the labor market as a result of their studies and training. A small number of locals with higher education in the surveyed community were perceived. Their answers were heard as to the difficulties and obstacles to the greater number of people in the field within the universities. Even so, the answers pointed out that in recent times most of the residents of this rural area who have completed the higher level have undergone degrees. It also showed that there are a considerable number of professors living in the countryside who have specific training to work in rural schools, but few have been given space to act. It is evident in the finalization of the work that the field is a space of life in which there are citizens with rights, but that they had less opportunity of access to study and in the same way to work, including work in their own rural community in which Lives.

KEYWORDS: Field. Higher education. Formation. Job. Challenges.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente os sujeitos do campo podem contar com leis, diretrizes, resoluções, que buscam mudar a história de esquecimento a que a educação do campo foi marcada. Porém, a realidade que esses sujeitos enfrentam é algo muito criterioso e despertou o interesse em compreender como estudam, os desafios e entraves reais que enfrentam e como são suas perspectivas de trabalho após concluírem a educação básica e, com maior atenção, o ensino superior permanecendo no campo.

O que se propõe a discutir, portanto, é uma análise sobre uma comunidade rural, compreendendo como os cidadãos que moram nela ou próximos a ela, vivem sua formação profissional e tem acesso ao trabalho após as conquistas legais para o sujeito e a educação do campo. Desta forma, o objetivo deste estudo agora centra-se em analisar as questões que envolvem o acesso à formação superior do sujeito do campo e sua consequente inserção no mundo do trabalho em sua própria localidade.

Para tanto, buscou-se respostas a um questionário semiestruturado, aplicado a moradores de uma comunidade rural em busca de concretizar elementos discutidos teoricamente sobre as dificuldades de acesso à formação superior, continuidade e inserção no trabalho após formação. O foco maior deu-se a profissionais licenciados que teriam na própria comunidade oportunidade de trabalho na escola rural ali situada.

A fundamentação teórica basea-se nos autores Kolling, Molina, Nery (1999), Caldart (2002), Munarim (2006), Fernandes (2006) para discutir o conceito de campo e o histórico da educação do campo. Já os autores Gohn, Zancanella (2012), Zago (2016), Caldart (2002), Molina (2012) e Batista (2006) para discutir a formação superior do homem do campo e Graziano (2003) sobre o preconceito que existe sobre seu conhecimento e saber.

O artigo foi dividido em cinco subtítulos que abarcam a temática construindo uma forma organizada para alcance do objetivo proposto: Histórico da educação “do” e “no” campo; O Campo: entre o conceito e o preconceito; Sujeito do Campo: formação

superior e mercado de trabalho; Metodologia e Contexto da Pesquisa Campo; Desafios enfrentados por moradores do campo para o acesso ao ensino superior e mercado de trabalho: uma análise.

2 | EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: HISTÓRICO E CENÁRIO ATUAL

2.1 Histórico da educação “do” e “no” campo

Por vezes não veem a distinção entre o uso desses termos do e no quando se refere à especificação da educação que é oferecida aos moradores do campo. No entanto, esta distinção tem importância conceitual no tratamento deste assunto e mesmo na compreensão do seu histórico de conquistas dentro das políticas públicas para seus sujeitos.

Educação **do** campo é um termo dado ao ensino destinado exclusivamente aos sujeitos do campo, ou seja, não apenas a uma escola localizada em área rural, mas prioritariamente para o homem do campo, de forma a interligar os alunos ao seu cotidiano.

Sobre os termos “do” e “no”, Caldart (2002, p. 18) afirma que **No**: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Nota-se, pois, a importância de ambos para se promover uma educação de qualidade, ou seja, melhor seria se os alunos do campo estudassem no campo e com um ensino pensado de forma mais próxima à realidade e necessidade deles. Sendo assim, importa centrar-se numa educação para os sujeitos do campo, defendendo que, sua cultura e suas necessidades humanas e sociais sejam consideradas.

Portanto, a educação que se pretende discutir com maior profundidade neste estudo é uma *Educação do Campo*, não apenas *Educação no campo*.

Com base na realização dos estudos bibliográficos sobre a história da educação do campo, constatou-se que essa educação em discussão passou por inúmeras tentativas de mudanças positivas, desde a Constituição Federal de 1934 sendo a primeira a destinar recursos para a educação rural. Entretanto, nada foi feito para solucionar o descaso que os moradores do campo sofreram em relação aos estudos, pois, todas as medidas tomadas pelo governo acarretaram em prejuízo para a classe de trabalhadores do campo.

Somente na LDB de 1996 essa educação foi pensada para o campo, definida no Art. 28 nos incisos I, II e III, que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino deveriam promover as adaptações necessárias à adequações que necessite a vida rural, notando-se que os conteúdos para essas escolas deveriam ser pensados para os alunos, partindo de seus interesses e que suprissem as suas reais necessidades, além de ter um calendário escolar pensado para minimizar as

faltas.

Os anos foram passando e as mudanças começaram aparecer, por exemplo, em (2002) aconteceu a primeira grande conquista dos sujeitos sociais coletivos do campo. Afirma Munarim (2006, p.18) “a primeira grande conquista [...] foi a Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo”.

Além disso, foram realizadas duas conferências nacionais, a primeira em 1998 e a segunda em 2004 na cidade de Luziânia – GO, que incentivaram os estudos e debates sobre a educação do e no campo nacional.

Outro marco importante aconteceu em 2010. O Decreto nº 7.352/10 definiu o termo educação do campo e caracterizou suas especificidades, ficando claro que escolas do campo são aquelas que atendem prioritariamente a população do campo. Segundo o Art.1º inciso II, “escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definido pelo IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo”.

Com as mudanças ocorridas nos últimos anos, surgiram outras ideias sobre a educação do campo que auxiliam na discussão sobre ela. Trata-se do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, documento que “Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica”, e que fica marcado na construção da educação dos sujeitos do campo quando se refere à formação de profissionais em diversas áreas, principalmente para atuar na educação do campo, relatado nesta Lei no Art. 12.

Constata-se que a educação do e no campo, há anos vem sendo buscada, questionada, muitas vezes lembrada e discutida, porém, não houve intenção de melhorar a realidade dos sujeitos do campo e atualmente há muito a ser feito em relação ao processo de formação dessas pessoas.

2.2 O Campo: entre o conceito e o preconceito

Por meio dos estudos realizados verificou-se uma discussão sobre o preconceito à pessoa do campo que considerou-se importante trazer para esta pesquisa, pois, muitas vezes esse também é um estigma ao estudante que mora no campo. A visão reconhecida por Graziano (2001) de que a sociedade brasileira, infelizmente, atribui ao campo uma visão negativa de que o moderno está na cidade e o atrasado, na roça é um desses exemplos. Nessa visão, caracteriza-se o campo como um lugar de pessoas atrasadas, com pouca influência na sociedade, entre diversas outras definições preconceituosas atribuídas a esses sujeitos e estabelecidas por um senso comum. Para combater tal preconceito percebemos a importância de evidenciar seu conceito.

O campo pode ser pensado como território ou como setor de economia segundo Fernandes (2006). Esses dois conceitos irão nos mostrar porque esses indivíduos geralmente são confundidos com pessoas atrasadas ou incapazes de inserir-se na

sociedade. Portanto faz-se necessário analisá-los, visando mostrar se esses conceitos podem influenciar na forma de vida de seus sujeitos e, na maneira de serem vistos pelas pessoas que estão fora desse contexto.

Conforme ressaltado por Fernandes (2006, p. 28-29), “o significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias”. O campo enquanto território é mais importante que um simples lugar de produção e recursos financeiros, mostrando-nos que esta é uma área tão significativa, respeitável, como qualquer outra localidade, pois, é lugar de vivência, de construção familiar, cultural, de trabalho e integridade. O estudo realizado por Fernandes (2006) ainda complementa afirmando que pensar o campo como território, implica compreendê-lo como espaço de vida ou espaço geográfico, porém que nele se realizam todas as dimensões da existência humana.

Diante dessa definição, reafirma-se que o campo, prioritariamente, é um espaço de realizar todas as dimensões da existência humana, principalmente a educação de qualidade, a dignidade e vários outros direitos de um cidadão, desfazendo o modelo crítico de pensamento daqueles que olham para o campo com inferioridade.

Pelo estudo de Graziano (2003) foi possível compreender que muitos enfocam o campo como o lugar das festas juninas, da dança caipira ou da quadrilha e, lamentavelmente, porém, o sertanejo carrega um terrível preconceito, o da caricatura do caipira, a imagem de pessoas feias, descabeladas, que não utilizam a norma culta na comunicação, mal vestidas, com dentes estragados, etc. Segundo esse autor, essa imagem é a mais nítida forma de preconceito com o homem do campo.

Entretanto os estudos que seguem tentam mostrar que o campo é capaz de produzir não somente material agrícola ou fonte de renda agropecuário, mas, que colocam seus sujeitos em pé de igualdade com qualquer cidadão que não vive no campo.

2.3 Sujeito do Campo: formação superior e mercado de trabalho

Falar do homem do campo e a sua inserção no ensino superior vem sendo uma tarefa ímproba nas pesquisas atuais, pois, conforme Zago (2016, p.64) “Existem poucas informações sobre os jovens do meio rural que têm acesso ao ensino superior, seus projetos, sua condição de escolarização e perspectiva profissional”.

Educar para compreender as perspectivas da pessoa do campo, a princípio, “visa olhar para o campo como lugar de sujeitos; seres humanos, sujeitos sociais; olhar para a infância, a juventude, os adultos e os idosos do campo” (CALDART, 2002, p.88). A autora defende que desta forma, com este olhar será possível construir, uma imagem nova do campo, refazendo o conceito ruim que ficou marcado na história desse povo.

Dessa forma, a formação profissional que considere essas perspectivas do homem do campo, amparada pela Resolução/CD/FNDE nº 06 de 17 de março de 2009 que reclama “promover o acesso e a permanência à universidade de estudantes

de baixa renda e grupos socialmente discriminados” deve alcançar meio de o objetivo ser atendido.

Nessa resolução, estabelece-se as orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, mais especificamente no Art. 1º, estabelece que esses projetos devem ser “voltados à oferta de cursos de formação inicial ou continuada[...] de professores de educação do campo e professores afrodescendentes ou que atuem na educação para as relações étnico-raciais, no âmbito da educação básica”, destacando o quanto deve ser valiosa e fomentada a formação para os sujeitos do campo, visando melhorias para professores e alunos.

A formação para o professorado do campo no âmbito das universidades já pode ser percebida a partir de algumas medidas tomadas para sanar os problemas enfrentados. Um desses elementos que veio para a mudança foi o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PRONACAMPO), que segundo Molina (2012) “o PRONACAMPO foi construído com a participação de movimentos sociais e sindicais e por isso é tão importante”. A partir desse programa, inúmeras universidades públicas do país ofereceram o curso de licenciatura em educação do campo na formação de professores para lecionar em escolas do campo.

Entretanto além de um curso específico, outros foram adaptados para formar os professores do campo para adequar-se ao modo de ser e viver dos sujeitos, como proposto no PRONERA. Através desse programa é possível ofertar cursos específicos para ensinar os educadores do campo. Conforme Batista (2006):

Programa que tem proporcionado a criação e o desenvolvimento de diversos cursos de formação de educadores que se fundamentam nas diretrizes e nos princípios dos movimentos para a educação do campo, denominados de Pedagogia da Terra e mais recentemente de Licenciatura em Pedagogia para Educadores e Educadoras da Reforma Agrária; Curso de Graduação em Ciências Agrárias – Licenciatura Plena, Curso Técnico de Enfermagem (BATISTA, 2006, p. 11).

Nesse sentido, vê-se que a parceria do PRONERA com as universidades, trouxe a adequação do ensino superior para atender os moradores do campo, bem como, os alunos que serão atendidos pelos professores formados nesses cursos.

Mais próximo à nossa realidade, a Universidade Federal de Goiás é uma das entidades que oferece alguns cursos em parceria com esse programa, como o curso de Pedagogia da Terra oferecido também por outras instituições, conforme o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária, Brasil (2011) “o curso de Pedagogia da Terra é ministrado em dez universidades brasileiras. Entre elas, as universidades de São Paulo (USP), de Brasília (UnB) e de Campinas (Unicamp), além da UFG”.

Ainda, faz-se necessário compreender como esse curso é adequado para o sujeito do campo e como ele prepara esses futuros professores. O documento Brasil(2011, p.1) relata que o curso de pedagogia da terra é composto por “nove módulos elaborados observando a grade curricular da graduação convencional em Pedagogia e agregando temáticas referentes à realidade dos assentamentos (meio ambiente, produção

agrícola...”. Desta forma compreende-se que houve uma complementação no curso de pedagogia, apropriando-o para a formação superior dos sujeitos do campo, sem excluir a grade curricular do curso convencional de pedagogia.

Esse documento ainda informa que as aulas ocorreram na Faculdade de Educação da UFG e as atividades práticas, como estágios, nos assentamentos da reforma agrária onde os estudantes residem, aproximando ao máximo os acadêmicos do curso com a realidade do campo.

Conforme Batista (2006), Brasil (2011), Caldart (2002) e Molina (2012), é possível educar para o campo, ou seja, realizar uma educação do campo no ensino superior, confirmando que a universalização da formação dos professores do campo tem trazido mais expectativas de melhoria de vida aos moradores dessa localidade.

Para tanto, exige-se das agências formadoras, as Universidades, em seus variados cursos a atenção às questões apresentadas, uma vez que, nosso país, tem suas raízes históricas no campo e ainda temos uma quantidade representativa de brasileiros que vivem do campo e mesmo no campo. Nesse aspecto as universidades devem se adequar às estações de colheita, ao modo de viver, ao meio ambiente e principalmente manter a cultura local, permitindo que o povo do campo escolha se querem ou não permanecer no campo, mas respeitando a sua cultura.

Portanto, “o que se tem claro é o imenso caminho que se abre para que a população do campo acesse o ensino superior universitário rumo à universalização da educação”. (GOHN; ZANCANELLA, 2012, p. 69). Sendo assim, a atuação universitária na vida desses sujeitos, está dentro das discussões sobre a educação nacional, porém, há um longo caminho a percorrer.

2.4 Metodologia e Contexto da Pesquisa Campo

Essa pesquisa campo contou com a investigação das respostas dos sujeitos do campo, que adentraram o ensino superior morando no campo, pertencentes à comunidade de Santo Antônio da Laguna, localizada no município de Barro Alto-GO, e de toda a região rural à sua volta, que, caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa descritiva.

A comunidade rural pesquisada, fica localizada nas proximidades do rio maranhão onde faz divisa com o município de Niquelândia – GO e Santa Rita do Novo Destino – GO.

Foi escolhida essa localidade para a realização dessa pesquisa, por existir uma escola rural que atende apenas as crianças da educação infantil e ensino fundamental da região, além de ser uma região com grandes propriedades com produções voltadas para pecuária e agricultura, sendo assim, um local populoso. Segundo os dados do IBGE – 2015, Barro Alto tinha uma população estimada de 10.031 habitantes e a população rural total do município, segundo o Instituto em 2010 era de 2.465 pessoas, sendo 1.313 homens e 1.152 mulheres. Já a Prefeitura Municipal de Barro Alto e a Coordenadora do Assentamento Santa Fé (estabelecido nessa região), informaram

que a região pesquisada conta com aproximadamente 120 famílias.

A escola dessa comunidade fica situada a aproximadamente 40 km da cidade de Barro Alto, localizada na fazenda Santo Antônio da Laguna, o que torna mais viável que os alunos da região frequentem essa escola. A escola rural foi criada em 1977, sendo a lei municipal de criação nº 19, de 05 de agosto de 1977.

Até o ano de 1994 essa escola era situada na fazenda Pedra de Fogo do mesmo município e, a partir de 1994 a mesma foi transferida para a localidade atual conforme a lei Municipal nº 408/94, pois, nesta localidade agregaria um número maior de estudantes.

Com base nos dados, a escola oferece Educação Infantil para crianças com idade entre quatro e cinco anos e ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, autorizado pela Resolução do CEE 186/04 e 258/05. No total a escola atende 45 alunos.

A presença da escola nas proximidades pode ser fator motivador aos moradores na busca pelo ensino superior, no anseio de trabalhar e auxiliar na formação dessas crianças, trabalhando como diretor, secretário, professor, coordenador, entre outras funções dentro de uma unidade escolar.

Cervo e Bervian (2002) afirmam que o estudo descritivo é aquele que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir com a maior precisão possível a frequência com que um fenômeno acontece. Também, Gil (2002, p. 49), aponta que “as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a coleta dos dados dessa pesquisa, utilizou-se de um questionário semiestruturado que no pensamento de Gil (2002) sobre a pesquisa descritiva, afirma que “uma das características mais significativas da pesquisa descritiva estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica”.

O questionário semiestruturado foi aplicado a 8 (oito) moradores do campo e que adentraram ao curso superior. Segundo dados coletados na pesquisa, na comunidade apenas oito pessoas moradoras da região concluíram o ensino médio, permaneceram no campo e nos estudos.

Esse questionário contou com 7 questões fechadas (padronizadas) e algumas questões abertas, formuladas conforme a necessidade de compreender melhor dados apresentados. Esse formato semiestruturado permitiu ao entrevistador alargar o entendimento conseguindo maior abrangência das respostas.

As questões iniciais foram: Mora na zona rural há quanto tempo? Qual a sua formação? Teve influência de alguém para continuar os estudos? Você considera os estudos importantes? Porque? Qual a contribuição dos estudos para a sua vida pessoal? A sua formação influenciou no desenvolvimento da comunidade onde você mora? Como? Deseja dar continuidade em sua formação? Por quê?

As questões foram formuladas na intenção de abarcar o entendimento do vínculo

dos sujeitos com a região pesquisada, da formação que buscou após a conclusão do Ensino Médio, do que esperava dessa formação, e sobre os desafios enfrentados relacionados ao seu local de moradia e das estratégias de superação desses desafios.

2.5 Desafios Enfrentados por Moradores do Campo para o Acesso ao Ensino Superior e Mercado de Trabalho: uma análise

Durante a pesquisa, alguns sujeitos entrevistados relataram que muitas pessoas saíram do campo após concluírem a educação básica para buscar novos horizontes, novos objetivos, caminhos para uma vida melhor.

Após o levantamento junto à prefeitura, dados do IBGE e à secretaria de educação de Barro Alto chegou-se ao número de moradores que concluíram ou estão cursando um curso superior permanecendo na comunidade. Oito moradoras do povoado, fazendas e assentamentos pertencentes à região pesquisada, todas mulheres, responderam que ingressaram no ensino superior, sendo sete já formadas e uma ainda cursando, permanecendo no campo durante o curso e após o término. Seguem os dados de identificação de cada uma delas:

Entrevistada 1. Tem 52 anos é moradora da zona rural desde seu nascimento, fez o magistério que iniciou com 30 anos e depois sua graduação em pedagogia. Atua como professora na educação municipal desde o ano 1990.

Entrevistada 2. Tem 35 anos, moradora do campo, vive naquela região há apenas cinco anos, tem graduação em pedagogia e está concluindo a segunda graduação em Letras – Inglês e Espanhol.

Entrevistada 3. A moradora tem 48 anos e também mora no campo desde seu nascimento, tem formação no magistério que iniciou aos 31 anos e graduação em pedagogia.

Entrevistada 4. Moradora que nasceu no campo e lá permanece até o atual momento, concluiu a educação básica e logo se inseriu no ensino superior, tem 34 anos e também é professora graduada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia. Entrou no ensino superior com 25 anos.

Entrevistada 5. Sempre morou na zona rural, tem 37 anos, entrou no ensino superior com 26 anos, é formada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia institucional e clínica.

Entrevistada 6. Tem 32 anos de idade e aproximadamente há dez anos mora na zona rural, iniciou a sua formação superior em letras aos 20 anos, já atuou como professora na escola do campo, sendo removida após um concurso público o qual ela não foi aprovada.

Entrevistada 7. Natural da região e sempre frequentou a escola. Ela tem 35 anos e adentrou ao ensino superior com 31 anos, declarando que concluiu o curso de pedagogia e que havia apresentado o TCC há poucos dias.

Entrevistada 8. Tem 23 anos e sempre morou na zona rural. Está cursando

pedagogia, curso que iniciou aos 19 anos.

A partir desses dados, nota-se que o número de pessoas que ingressaram no ensino superior e permanecem no campo é extremamente pequeno na região rural pesquisada. Outro aspecto importante é que as oito (8) pessoas que se enquadraram para análise nessa pesquisa são mulheres, mostrando que as mulheres do campo buscam por licenciaturas, enquanto os homens, provavelmente permanecem no campo e continuam com o trabalho na pecuária e agricultura.

Muitas pessoas nos dias atuais não conseguem continuar os estudos por inúmeras dificuldades enfrentadas que dificultam esse processo. Os sujeitos do campo que querem ou precisam ficar no campo enfrentam ainda mais problemas que ocasionam a evasão escolar e a impossibilidade de adentrar em um curso superior.

Alguns desses obstáculos encontrados foram relatados pelas pessoas entrevistadas, revelando que mesmo diante deles, até mesmo moradores de regiões rurais mais distantes dos centros urbanos conseguiram permanecer nos estudos e concluir o Ensino Superior, porém, que a parcela é pequena.

De acordo com os relatos da entrevistada 3, foram inúmeros os desafios enfrentados para conquistar um lugar no ensino superior e permanecer neste. Conta que estudou na cidade de Goianésia – GO, aproximadamente 90 km de sua residência, as aulas eram quinzenais. Durante os dias de aula, relata que precisava ficar em alojamentos, pois não tinha familiares na cidade.

Acamponesa entrevistada 5, ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas relatou a falta de condução (transporte), tendo que ir para a escola por conta própria, de moto, deixar o bebê recém-nascido em casa, tirava o leite para deixar a seu bebê que ficava aos cuidados da avó. Nesse trajeto ela enfrentava frio, chuva, poeira e o medo, pois, fazia faculdade a noite. A entrevistada deixa claro que “foi difícil até dentro de Goianésia, pois, muitas vezes não tinha dinheiro para lanche, nem para hospedar, por isso, era preciso ficar em casa de colegas”.

A Entrevistada 1, relata que as principais dificuldades enfrentadas por ela no período de estudos foram a falta do transporte escolar e a distância que precisava percorrer. Era preciso andar mais de 1 km a pé para chegar a beira de uma estrada, onde pegava carona até Barro Alto, para depois chegar em Goianésia.

Segundo os relatos da entrevistada 6, começou o curso morando na zona rural, porém teve que se mudar para a cidade de Anápolis –GO para concluir o mesmo, pois, não tinha recursos para a viagem todos os dias, já que a prefeitura não disponibilizava o transporte escolar para universitários. Outro fato interessante mencionado por ela era as más condições das estradas, que geralmente estavam congestionadas por caminhões que atolavam e impedia a passagem de outros veículos. Por isso, teve que concluir o curso em outra cidade, voltando para a fazenda aos finais de semana e feriado.

A entrevistada 7, recém formada, declara que foram quatro anos de muita luta para chegar a cidade de Uruaçu –GO, cidade onde iniciou e concluiu os estudos. Ao

contrário de outras pessoas de sua região, contou com apoio da prefeitura no auxílio do transporte escolar, mas afirma que o fato de morar distante da cidade, dificultava a sua chegada a instituição de ensino. Ela relata que seu curso era uma vez na semana, mas que foi sofrido, pois, tinha que deixar o esposo sozinho com as duas filhas e chegava em casa muito tarde da noite.

A jovem entrevistada 8 é estudante do curso superior e mora numa fazenda do povoado. Disse que nunca se sentiu tão cansada em toda a sua vida, pois seu curso é presencial e regular. Precisa pegar duas conduções. Afirmou que pensou em desistir do curso para não deixar o pai sozinho em casa, mas o mesmo não permitiu que ela assim fizesse, por isso, está no último ano do curso e diz ser uma pessoa que não desiste fácil.

A entrevistada 2, ressalta que enfrentou muitos desafios e ainda enfrenta, pois, continua estudando. Relata que no seu primeiro curso superior foi muito difícil suportar o tempo que gastava para chegar à faculdade. Mesmo com o transporte oferecido a viagem era muito cansativa e que muitas vezes o transporte estragava na estrada e os alunos precisavam esperar por horas, no escuro, tendo como luz a lanterna do celular. “Foram noites de muito sofrimento, medo e vontade de chegar em casa”.

Ao falar dos desafios, a entrevistada 4 relata que “na zona rural é muito difícil concluir os estudos, há muita dificuldade e a distância era grande. Como não tinha possibilidade de fazer um curso regular, a opção era fazer a parcelada, nas sextas e sábados o dia todo. Via a necessidade e um sonho de concluir o ensino superior”. Relatou que foi muito criticada pela família e por colegas do curso por ter que levar a filha, ainda criança consigo. Na época de chuva, como fazia o percurso de moto, já caiu e se molhou. Depois passou a utilizar uma Kombi como transporte. Com duas colegas da região associavam no petróleo. “Quando peguei o meu diploma, chorei por ter conseguido” afirma.

Pelos relatos sobre o acesso do sujeito do campo ao curso superior pode-se perceber que se sobressaem as dificuldades relacionadas ao transporte dos estudantes até a universidade e as adversidades do percurso. Evidenciou-se também a distância a percorrer, a exigência dos cursos regulares e presenciais e a estadia na cidade sede da universidade. Percebeu-se, principalmente pela dominância do público feminino, a insegurança sobre quem cuidasse dos seus filhos enquanto estudavam. Verificou-se a falta de recurso financeiro para custear a alimentação durante o período de estudo. Por fim, destacam-se os relatos sobre o cansaço no que, se percebe a dificuldade de conciliar o tempo e as exigências inerentes aos estudos com o trabalho que desenvolvem no campo

Sobre o transporte foram evidentes os reveses fortuitos no trajeto para a faculdade, como os relacionados ao clima (chuva e frio), à distância da universidade e a necessidade de utilizarem dois transportes (um até o ponto de acesso ao transporte público e deste até a faculdade), os perigos na espera pelo transporte (lugares inseguros), a má condição das estradas rurais, das rodovias e do próprio transporte

escolar.

Sobre as questões relacionadas à contribuição dos estudos para a sua vida; sobre a influência da sua formação para o desenvolvimento da comunidade onde moram e se desejam dar continuidade à sua formação, essas mulheres pontuaram que adentraram e enfrentaram a realização do curso superior pensando em melhores condições de vida para si e para a família, que seguiram seus estudos, principalmente, com o anseio de trabalhar na educação, com foco na escola rural da própria comunidade, tanto que todas têm formação em licenciaturas.

A maioria dessas mulheres afirmou que gostariam de continuar seus estudos, porém, ressaltaram que as inúmeras dificuldades para chegar até a instituição de ensino superior possam atrapalhar o processo de formação continuada.

Trabalhar na escola da localidade da comunidade pesquisada foi apontado como o maior motivador para que essas mulheres adentrassem e concluíssem seus estudos. Sobre a inserção no mercado de trabalho relacionado à formação superior, as entrevistadas 1, 2 e 3, relatam que trabalham efetivadas na escola rural e têm contribuído com a alfabetização de inúmeras crianças e, conseguiram com isso, melhorar a situação financeira da família. Já as entrevistadas 4, 5 e 7, são professoras contratadas que não conseguiram aprovação em concurso público. Ambas relatam que existe certa dificuldade para o ingresso através de concurso, pelo fato do mesmo ser completamente fora da realidade que vivem e atuam, mas que exercem a função de docente, mesmo estando sujeitas a serem exoneradas a qualquer momento. Entretanto, confirmam que é assim que sobrevivem e sustentam a família.

As entrevistadas 6 e 8 declararam que não estão no mercado de trabalho. A entrevistada 6 já atuou na escola do campo após concluir o curso superior, mas foi exonerada após um concurso público no qual não conseguiu aprovação. Considerou que o instrumento avaliativo difícil que as questões eram fora da realidade do campo. A entrevistada 8 está concluindo o curso superior e já atua na escola como substituta quando necessário e, deseja ser efetivada para melhorar as condições de vida da família.

Através dessas respostas percebeu-se a importância dessa escola rural para que as pessoas sentissem motivadas a fazer um curso superior e continuar os estudos, pois, a mesma é a principal fonte de renda segura para as mulheres da região, e para a formação das crianças, sem a necessidade de sair do campo. Porém, as mesmas são contra o modelo de concurso público predominante, alegando que o mesmo deveria ser pensado exclusivamente para a educação **do** campo, assim, as crianças teriam professores que conhecem tal realidade e conseqüentemente o ensino proporcionaria mais aprendizagem significativa. Afirmam que a dificuldade é tanto para entrar no mercado de trabalho onde residem como para permanecer no mesmo, ocasionalmente por falta de concurso público voltado para a realidade vivida pelos camponeses.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para os sujeitos do campo se tornou motivo de lutas e reivindicações, acreditando que através da legalidade os benefícios para essa população motivariam os moradores a investir na formação superior.

Desta forma esse estudo analisou essa luta por educação superior e o objetivo dos sujeitos do campo de uma comunidade específica ao concluir essa etapa educacional, a sua influência no meio em que vive através da inserção no mercado de trabalho e a disposição para continuidade dos estudos, permanecendo no campo.

Assim, a pesquisa realizada sobre a educação do campo e a formação de seus sujeitos abordou aspectos relevantes, e, foi constatado que a educação do campo passou por um processo histórico de lutas e preconceitos, mas com o tempo conseguiram um avanço sobre o entendimento do ensino pensado para essa minoria. Além disso, percebeu-se que na região pesquisada existe um número grande de moradores que tem crianças matriculadas em uma escola rural dentro da comunidade, porém que a maioria dos professores dela ainda encontrasse sem efetivação por concurso público.

Constatou-se que algumas moradoras do campo saíram da educação básica e buscaram formação superior em uma licenciatura, percebendo a necessidade de conquistar a formação superior com o intuito de entrar no mercado de trabalho, melhorar sua renda e auxiliar na formação da população do campo.

Percebeu-se por meio dessa pesquisa a realidade de um campo que atualmente não é visto com tanto preconceito quanto em tempos passados, que os alunos do campo já podem contar com a oportunidade de estudar no local onde residem.

Pôde-se constatar também que o estado está atentando para oferecer curso de formação superior exclusivo para a formação dos professores do campo, como o curso de licenciatura em pedagogia da terra e licenciatura em educação do campo, porém que isso ainda não está próximo à população pesquisada.

Por fim, verificou-se que mesmo o número de pessoas com formação superior sendo pequeno foi possível destacar suas influências na localidade onde moram, através do trabalho na escola rural. Nesse sentido, analisou-se que todas são mulheres as que permaneceram estudando, compreendendo que há certa necessidade na busca pelo mercado de trabalho, com o objetivo de conquistar a independência e melhores condições de vida.

Nenhuma relata as diferenças culturais existentes entre campo e cidade, mas que consideram a vida cotidiana totalmente diferente e, evidentemente necessitam de profissionais preparados e ensino voltado para tal realidade.

REFERÊNCIAS

BARRO ALTO. Lei Municipal nº 19/1977. **Autoriza o Poder Executivo a criar Escolas Municipais de 1º grau e dá outras providências.** Aprovado em: 08 Ago. 1977. Disponível em: <<http://187.58.58.215:8010/Paginas/LeisDecretosMunicipais.aspx>> Acesso em: 02 de set. 2016.

BARRO ALTO. Lei Municipal nº 408/94. **Cria Escolas Municipais e Retifica Endereços de Outras já Criadas**. Aprovada em: 26 Nov. 1994. Disponível em: <<http://187.58.58.215:8010/Paginas/LeisDecretosMunicipais.aspx>> Acesso em: 02 de set. 2016.

BATISTA, M. S. X. **Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo**. Universidade Federal da Paraíba, 2006.

BRASIL. **A Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo. Brasília: SECAD/ MEC, 2007.

BRASIL. **Comissão Pedagógica Nacional do Pronera aprova novos cursos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/comissao-pedagogica-nacional-do-pronera-aprova-novoscursos>> Acesso em: 02 Ago. 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Diário Oficial da União, 29 abr. 2008. Seção 1, p. 81.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE Nº 06 de 17 de Março de 2009**. Brasília: MEC/SECAD/FNDE, 2009.

BRASIL. **Universidade Federal de Goiás e Incra formam primeira turma de Pedagogia da Terra**, 14 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/universidade-federal-de-goias-incra-formam-primeira-turma-de-pedagogia-da-terra>>. Acesso em: 03 Ago. 2016.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge, (Org.). **Por uma educação do campo. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. 2. Ed. Brasília: 2002.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MOLINA, Mônica. (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. **A relação entre universidade e movimentos sociais como princípios da construção crítica da educação do campo**. Olhar do professor, Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3665/3001>> Acesso em: 02 Ago. 2016.

GRAZIANO, Chico. **Preconceito contra o campo**. In: BRASIL. Movimentos Nacional de Produtores. O Estado de S. Paulo, Caderno 2, 25/7/2001. Disponível em: <http://www.mnp.org.br/?pag=ver_noticia&id=347277> Acesso em: 03 Ago. 2016.

KOLLING, Edgar Jorge; MOLINA, Mônica Castagna; NERY, Ir. Israel José. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. 3. ed. Brasília: UNB, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação do campo é muito mais do que uma proposta pedagógica**. Nova Escola. ed. 258, Dezembro 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MUNARIM, Antônio. MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para**

reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento agrário, 2006.

ZAGO, Nadir. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior.** Revista Brasileira de Educação. Vol. 21 n. 34 Rio de Janeiro Jan/Mar. 2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES

JORGE GONZÁLEZ AGUILERA: Engenheiro Agrônomo (Instituto Superior de Ciências Agrícolas de Bayamo (ISCA-B) hoje Universidad de Granma (UG)), Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (UO), CUBA (2002), Mestre em Fitotecnia (UFV/2007) e Doutorado em Genética e Melhoramento (UFV/2011). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Campus Chapadão do Sul. Têm experiência na área de melhoramento de plantas e aplicação de campos magnéticos na agricultura, com especialização em Biotecnologia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: pre-melhoramento, fitotecnia e cultivo de hortaliças, estudo de fontes de resistência para estreses abiótico e biótico, marcadores moleculares, associação de características e adaptação e obtenção de vitroplantas. Tem experiência na multiplicação “on farm” de insumos biológicos (fungos em suporte sólido; *Trichoderma*, *Beauveria* e *Metharrizium*, assim como bactérias em suporte líquido) para o controle de doenças e insetos nas lavouras, principalmente de soja, milho e feijão. E-mail para contato: jorge.aguilera@ufms.br

ALAN MARIO ZUFFO: Engenheiro Agrônomo (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/2010), Mestre em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal do Piauí – UFPI/2013), Doutor em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal de Lavras – UFLA/2016). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS no Campus Chapadão do Sul. Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo, plantas de cobertura e integração lavoura pecuária. E-mail para contato: alan_zuffo@hotmail.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-454-2

